CSAP – Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.

CNPJ/MF nº 21.278.812/0001-73

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da CSAP – Companhia Sul Americana de Pecuária S.A., tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Barretos-SP, 22 de março de 2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.587	1.622
Contas a receber	5	33.671	11.411
Estoques	6	24.273	35.906
Ativos Biológicos	7	121.793	91.233
Impostos a recuperar	8	18.400	16.676
Outros ativos	–	21.596	27.486
Total do ativo circulante		**224.320**	**184.334**
Ativo não circulante			
Outros recebíveis	–	5	14
Depósitos judiciais	–	6.054	5.519
Imobilizado	10	19.542	6.668
Intangível	–	–	11
Total do ativo não circulante		**25.601**	**12.212**
Total do ativo		**249.921**	**196.546**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	–	21.121
Passivo de arrendamento	10.1	1.224	563
Fornecedores	12	84.432	54.061
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	1.761	1.829
Adiantamento de clientes	14	98.168	95.640
Total do passivo circulante		**185.585**	**173.214**
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	10.1	7.089	4.765
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	–	8.067
Provisão para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis	16	202	417
Partes relacionadas	–	–	–
Total do passivo não circulante		**7.291**	**13.249**
Patrimônio líquido	–		
Capital social	17	94.253	84.200
Prejuízos acumulados	–	(37.208)	(74.117)
Total do patrimônio líquido		**57.045**	**10.083**
Total do passivo e patrimônio líquido		**249.921**	**196.546**

As notas da Administração explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	**419.406**	**313.390**
Custo dos produtos vendidos	19	(360.093)	(313.105)
Lucro bruto		**59.313**	**285**
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas vendas	19	(221)	(30)
Despesas administrativas e gerais	19	(5.655)	(4.258)
Outras receitas operacionais	19	84	283
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**53.521**	**(3.720)**
Despesas financeiras	20	(14.380)	(4.858)
Receitas financeiras	20	133	66
Variação cambial líquida	20	(2.365)	(242)
Resultado financeiro líquido		**(16.612)**	**(5.034)**
Resultado antes dos impostos		**36.909**	**(8.754)**
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	15	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	15	–	–
Lucro liquido (prejuízo) do exercício		**36.909**	**(8.754)**
Resultado por ação – básico (em R$)		0,4394	(0,1042)

As notas da Administração explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro liquido (prejuízo) do exercício	36.909	(8.754)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**36.909**	**(8.754)**

As notas da Administração explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do passivo e patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**84.200**	**(65.364)**	**18.836**
Prejuízo do exercício	–	(8.753)	**(8.753)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**84.200**	**(74.117)**	**10.083**
Aumento de Capital	10.053	–	**10.053**
Lucro líquido do exercício	–	36.909	**36.909**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**94.253**	**(37.208)**	**57.045**

As notas da Administração explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	DRE	**36.909**	**(8.754)**
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10.b) e 10.1	1.271	1.096
Provisão (Reversão) para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis	16	(215)	278
Valor justo de ativos biológicos	7	(37.243)	7.426
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos		945	2.064
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(16.361)	(22.243)
Estoques		11.633	(23.883)
Ativos biológicos		6.683	(37.772)
Tributos a recuperar		(1.724)	(2.586)
Fornecedores		30.371	5.998
Obrigações trabalhistas e tributárias		(8.135)	(667)
Depósitos judiciais		(535)	(169)
Outras contas a pagar		2.528	77.795
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) atividades operacionais		**26.127**	**(1.417)**
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento			
Aquisição de imobilizado	26	(457)	(713)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(457)**	**(713)**
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento			
Aumento do capital social		–	–
Empréstimos e financiamentos liquidado		(21.500)	(1.550)
Arrendamento	10.b)	(1.205)	(1.040)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(22.705)**	**(2.590)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**2.965**	**(4.720)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.622	6.342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.587	1.622
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**2.965**	**(4.720)**

As notas da Administração explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais – R$ – exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A CSAP – Companhia Sul Americana de Pecuária S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado, tendo como suas principais atividades, explorar a pecuária e a agropecuária mediante a criação e comercialização de gado bovino, ovino, suíno e outros animais vivos. A Companhia tem sua sede social localizada em Barretos (SP) na Rua João Ribeiro do Nascimento, 55, anexo 1, sala 02, CEP: 14.781-530, Parque Residencial Minerva, com unidades de confinamento e recria localizadas nos Municípios de Altinópolis (SP), Buritama (SP), Sabino (SP), Rolim de Moura (RO), Araguaína (TO), Ananás (TO), Nortelândia (MT), São Felix do Araguaia (MT), Jaíba (MG), Abaetetuba (PA) e Igarapé Mirim (PA).

2. Base de preparação – Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC): As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária. As Demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pele Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2023.

3. Resumo das principais políticas contábeis – a) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações reconhecidas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da companhia. Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. Ao definir a moeda funcional da Companhia, a Administração considerou qual a moeda que influência significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações. Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada período apresentado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de "outros resultados abrangentes" e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **d) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **e) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia. **f) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: **i)** ativos mensurados ao custo de amortização; **ii)** valor justo por meio do resultado; ou **iii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes. ▪ **Custo de amortização:** os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: **i)** os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais; e **ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado. ▪ **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado; ▪ **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: **i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas a juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: **i)** instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou **ii)** instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ▪ **Desreconhecimento ativos financeiros:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade deitver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. ▪ **Passivo financeiro ao custo amortizado:** a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores; ▪ **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado, são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado; ▪ **Desreconhecimento de passivos financeiros:** os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. **h) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **i) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas com vendas no momento do reconhecimento inicial e final de cada período. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do período/exercício na rubrica de "Custo dos produtos vendidos – CPV". As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market* – MtM". **j) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Ao ano
Edifícios e Construções	4,47%
Máquinas e Equipamentos	9,91%
Moveis e Utensílios	9,99%
Veículos	20,00%
Hardware	19,44%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de período e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **k) Arrendamentos:** Os contratos são considerados como arrendamentos quando atender a ambas as condições a seguir: ▪ Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; ▪ O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. **l) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável. **m) Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment test*"): Ativos financeiros:** A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **Ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia considera o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8,1% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados. Os cálculos e análises são revisados trimestralmente. **p) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do período/exercício corrente e diferido das Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **r) Benefícios a empregados:** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis. **s) Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas da Companhia derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é atendida e cujas mercadorias são destinadas aos mercados interno e externo. As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia na determinação do seu reconhecimento contábil por parte da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia espera ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia satisfaça sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 19. **t) Novas normas, alterações e interpretações:** Durante o exercício de 2022, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações contábeis da adoção destas normas: ▪ **Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; ▪ **Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis**. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; ▪ **Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis**: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; e ▪ **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. ▪ **Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno:** Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. ▪ **Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com "Covenants":** Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. **u) Demonstração dos fluxos de caixa:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: **i)** variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; **ii)** itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; **iii)** todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa – Os ativos financeiros da Companhia compõem-se como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	23	11
Bancos conta movimento	4	101
Disponibilidades em moedas estrangeiras	12	–
Aplicações Financeiras **(*)**	4.548	1.510
Total	4.587	1.622
(*) Aplicações financeiras em moeda nacional		
Certificado Depósito Bancário (CDB)	1.039	508
Debentures	3.509	1.002
Total	**4.548**	**1.510**

(*) Para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, são considerados "Caixas e equivalentes de caixa" os saldos das contas de: (i) caixa e bancos; (ii) aplicações financeiras, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

5. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber – mercado interno	1.414	4.977
Duplicatas a receber – mercado externo	30.690	–
Duplicatas a receber – partes relacionadas	1.567	6.434
Total	**33.671**	**11.411**

A Companhia realiza vendas com partes relacionadas com valores e condições normais de mercado. A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	32.888	11.411
Vencidas:		
De 31 a 60 dias	783	–
Total	**33.671**	**11.411**

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. A Administração da Companhia entende que não há risco efetivo de eventuais perdas de contas a receber que necessite a constituição de Perdas Esperadas em Créditos de Liqu